

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.811 - SP (2018/0331311-4)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : JOAO CARLOS LYRA PESSOA DE MELLO FILHO
ADVOGADOS : RAFAEL RODRIGO BRUNO - SP221737
CARLOS GONÇALVES JUNIOR E OUTRO(S) - SP183311
AGRAVADO : COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL
ADVOGADOS : JULIO CEZAR DA CRUZ COSTA - RJ091064
ANA LUIZA SOUZA LIMA DE CAMPOS E OUTRO(S) - RJ175807
GUSTAVO LASALVIA BESADA - RJ168012

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NULIDADE DA CITAÇÃO. INOCORRÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS PREMISSAS DO TRIBUNAL DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por JOÃO CARLOS LYRA PESSOA DE MELLO FILHO de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a" da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj, fls. 46):

CITAÇÃO - Via postal - Pessoa física - Endereçamento correto - Recebimento por terceiro - Ciência - Presunção - Validade do ato - Ofensa aos princípios do contraditório e ampla defesa - Não caracterização - Pedido que objetiva, em consequência, a nulidade de todos os atos subsequentes ao ato citatório - Descabimento - Decisão mantida - Aplicação do art. 252 do RITJSP/2009 - Decisão mantida Recurso improvido.

Nas razões do recurso especial, a parte alega violação do art. 223 do CPC/73, sustentando a nulidade da citação e de todos os atos posteriores.

Contrarrazões apresentadas (e-stj fls. 63/75).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem

(e-STJ, fls. 76/77), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo nº3/STJ.

Em suas razões recursais, a parte recorrente sustenta que, *"para que seja válida a citação via correio é necessária que ela seja realizada por meio de carta registrada, cujo aviso de recebimento deve carregar a assinatura (de próprio punho) do destinatário da citação"* (e-stj fl. 55). Esclarece que, *in casu*, *"não foi o Recorrente quem assinou o aviso de recebimento, mas sim pessoa desconhecida, o que culminou na nulidade de citação e intimação"* (e-stj fl. 56).

Defende que seus *"direitos ao contraditório e à ampla defesa tolhidos"* e que *"a nulidade de citação e intimação culminou em grande prejuízo ao Recorrente, que está, injustamente, sofrendo as consequências do errôneo julgamento da lide à revelia, tanto que foi determinada ordem de bloqueio de três veículos de titularidade do Recorrente, com restrições à circulação"* (e-stj fl. 57).

O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e provas, e embasado nas provas carreadas aos autos, reconheceu a validade da citação via postal, como se pode observar da leitura do acórdão impugnado. Senão, vejamos (e-stj, fls. 48):

Consigna-se que, corretamente, a r. decisão remetendo à sentença proferida, considerou válida a citação via postal, em razão do recebimento, ainda que por terceiro, tendo em vista a regular tramitação de mencionada fase processual Transcreve-se por oportuno: "Considero válida a citação do réu efetuada a fls. 550, na esteira do que entende o STJ, no sentido de que basta que a citação chegue ao seu destinatário, ressaltando-se que no documento de fls. 550 não consta

assinalado pelos correios nenhum dos motivos impeditivos da citação.”

Nesse contexto, outrossim, verifica-se que o entendimento firmado pelo Tribunal de Justiça *a quo*, decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas, o que é defeso nos termos do Enunciado n.º 7/STJ.

A propósito:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. REVISIONAL. INÉPCIA À INICIAL: PREJUÍZO SÓ À AUTORA. DESNECESSIDADE DE LAUDO PERICIAL. FUNDAMENTOS INATACADOS SUFICIENTES PARA MANUTENÇÃO DO ACÓRDÃO. SÚMULA Nº 283/STF. CITAÇÃO. VALIDADE. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7/STJ. RITO PROCESSUAL. COGNIÇÃO MAIS AMPLA. NULIDADE. NECESSIDADE DE PREJUÍZO. SÚMULA Nº 83/SRJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A subsistência de fundamentos inatacados aptos a manterem a conclusão do aresto impugnado impõe o não conhecimento da pretensão recursal. Súmula nº 283/STF.

2. A pretensão de verificar se válida a citação somente se processa mediante o reexame do conjunto probatório carreado aos autos, o que encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

3. Admite-se a adoção de rito com mais ampla cognição, salvo se comprovado prejuízo às partes. Súmula nº 83/STJ.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1342007/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 23/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NULIDADE DE CITAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. TEORIA DA APARÊNCIA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADOS NAS RAZÕES DO RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF. AGRAVO INTERNO

DESPROVIDO.

- 1. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes.*
 - 2. A revisão da conclusão estadual - acerca da validade da citação efetuada - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável no âmbito do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.*
 - 3. Ausência de impugnação a fundamento constante do acórdão estadual. Súmula 283/STF.*
 - 4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.*
 - 5. Agravo interno desprovido.*
- (AgInt no REsp 1795945/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 25/06/2019)*

Destarte, a pretensão recursal não merece prosperar.

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este decisum estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n.3/STJ), inclusive no que tange à aplicação de multa (art. 1.021, §4º e art. 1.026, §2º, ambos do CPC/2015).

Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator